

Amazônia no Brasil



Amazônia no Brasil.

A atual área de abrangência da Amazônia Legal corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos estados do Mato Grosso, Maranhão e Goiás, perfazendo uma superfície correspondente a cerca de 59% do território brasileiro. Nesta área, equivalente a 9 vezes o território da França, vivem em torno de 23 milhões de pessoas, ou seja, 12,32% do total de habitantes do Brasil.

Na Amazônia legal reside 55,9% da população indígena brasileira e uma recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quantificou 305 etnias indígenas e ainda diversos povos isolados, sem contato com a civilização.

Por ser uma das últimas grandes reservas de madeira tropical do planeta, a região amazônica enfrenta um acelerado processo de degradação graças à exploração predatória e ilegal do produto. Outros problemas são a expansão agropecuária, projetos de desenvolvimento como grandes hidrelétricas, ferrovias; extrativismo mineral e garimpo legal e ilegal.

Interesses políticos e econômicos são causa de conflitos que continuam a se multiplicar: mortes, abusos e violência afligem muitas comunidades na Amazônia brasileira.

As jurisdições eclesiais no território são 56: 9 prelazias e 47 dioceses.

História da Igreja Católica no Brasil

O início da presença da Igreja na Amazônia, como em todo o Brasil, tem a complexidade própria da sua descoberta e ocupação por parte da coroa portuguesa. Esta presença teve duas vertentes: a vertente missionária, confiada a algumas ordens religiosas, e a vertente de implantação da Igreja, com suas estruturas próprias, através dos bispados. Ao mesmo tempo, a presença da Igreja teve um significado político e cultural.

A evangelização da Amazônia começou com a chegada dos primeiros missionários em 1617: foram os Franciscanos da Província de Santo Antônio. Em 1626 chegaram os Carmelitas, em 1639 os Mercedários, que eram espanhóis, os Jesuítas chegaram em 1652, os Franciscanos da Província da Piedade em 1693 e os Franciscanos da Província da Conceição em 1706. Do delta do Amazonas ao Alto-Solimões e ao Alto-Rio Negro – distância equivalente a 3000 Km para oeste (quase não se encontram missionários na direção norte-sul) - centenas de missionários plantaram a cruz de Cristo.

Missões ou aldeamentos, colégios, fazendas e engenhos que davam o suporte econômico, foram os “lugares” da evangelização e da catequese do mundo indígena amazônico.

A atuação dos religiosos foi significativa para a formação dos primeiros núcleos populacionais da Amazônia, estabelecendo um modelo urbano que se consolidou em todo o interior amazônico.

Com a criação do Bispado de Belém em 1719, o clero diocesano passou a ter o seu lugar na tarefa de estabelecer a Igreja na região através das poucas paróquias criadas em lugares de maior concentração populacional: Belém, Cametá, Vigia, Tefé, Alvelos, Santarém...

Em meados do século XVIII, uma intervenção política econômica e cultural no Estado do Maranhão e Grão Pará para resolver problemas fronteiriços com a Espanha e atritos entre os religiosos, suas missões e os comerciantes portugueses, ocasionou a expulsão dos Jesuítas (1ª vez em 1661, depois em 1684 e definitivamente em 1759/60), Franciscanos (da Piedade e da Conceição) e mais tarde, dos Mercedários da região. As missões foram transformadas em vilas e paróquias e o clero diocesano passou a tomar conta das paróquias, embora com muitas dificuldades, pois havia poucos padres. Entre 1760 e 1870, a situação da Igreja na Amazônia poderia ser considerada crítica, pela ausência de quadros eclesiásticos.

A intervenção pombalina na Amazônia até hoje é considerada desastrosa não só pelos prejuízos causados à catequese, mas também pela marginalização dos nativos da região. Pombal ao lado da política econômica implantada na região concretizou uma reforma pedagógica baseada na cultura iluminista da época, que enfatizava o valor da razão e da consciência, da ética da ordem e da dedicação, que tirou a educação das mãos dos padres e colocou nas mãos dos leigos, dessacralizando dessa forma o ensino nas escolas de ler e escrever. Isso é considerado entre nós uma espécie de penetração forçada de elementos culturais que, se foram significativos na Europa, entre nós não alcançou seus objetivos, ou valeu somente para as elites da cidade, deixando o povo do interior à margem desses benefícios. Na verdade, dizimou a cultura nativa, que se interiorizou na floresta aumentando ainda mais os preconceitos entre o povo da cidade e do interior, mazelas sociais e culturais encontradas até hoje entre nós.

Nesse período foi grande a influência de leigos e leigas, das irmandades e confrarias que sustentaram um catolicismo devocional e familiar em torno das Nossas Senhoras, Santos e santas, capelas, procissões, festividades, etc., o que caracteriza um catolicismo leigo, autônomo em relação a Igreja oficial, com graves consequências para o crescimento da fé. A devoção a Nossa Senhora de Nazaré e o Círio de Nazaré, que surgiram dentro desse contexto são a mais completa síntese da religiosidade amazônica.

Uma outra etapa marcante da Igreja na região foi a influência da “romanização”. A partir de 1840 a Santa Sé começa a enviar missionários para o Brasil, para as missões indígenas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a pedido do governo.

A nomeação de Bispos brasileiros marca esta nova fase, em que a Igreja católica passa a se organizar a partir das orientações de Roma. Esses bispos empreenderam uma reforma e reorganização da Igreja, enfrentando verdadeiras batalhas para libertá-la das amarras da tradição

colonialista que deu origem a muitos conflitos, com a maçonaria, com a população católica, com os protestantes que estavam se estabelecendo no Norte do Brasil.

Em 1892 foi criada a Diocese de Manaus, Belém foi elevada a Arquidiocese (1906) e diversas novas Prelazias *nullius*[1] ou Prefeituras Apostólicas foram entregues aos cuidados dos religiosos[2] que pouco a pouco, iam chegando à região vindos de diversas partes da Europa para atuar sobretudo nas áreas de maior carência da presença da Igreja. Chegaram os frades Capuchinhos (1843), os Franciscanos retornam em 1870, os Espiritanos (1885), Dominicanos (1897), Agostinianos Recoletos, Barnabitas, Maristas, Beneditinos, Salesianos, Jesuítas, Servitas, Preciosíssimo Sangue, etc.

Um dado significativo nessa etapa da história é a presença na região das **Congregações religiosas femininas** que passam a atuar ao lado das Congregações masculinas ou tendo um caminho próprio nos hospitais, leprosários, colégios, orfanatos, escolas, missões indígenas: Dorotéias, Filhas de Sant'Ana, Capuchinhas, Dominicanas, Irmãs de Santa Catarina, filhas de Maria Auxiliadora. O exemplo mais marcante dessa nova fase são as **FUNDAÇÕES AMAZÔNICAS**, congregações religiosas criadas na região para atender as demandas e apelos vindos de toda parte: em 1903, as Terceiras Regulares Capuchinhas, em 1910, as Missionárias da Imaculada Conceição, em 1916, as Filhas do Coração Imaculado de Maria, em 1954, as Missionárias de Santa Terezinha, Legionárias Rainha dos Corações, Missionárias do Coração Eucarístico...

Os religiosos e as religiosas compõem um novo cenário eclesiológico na região, desempenhando um papel determinante e ativo, no qual a mística do serviço e do abandono, levou muitos deles e delas a deixar o melhor de suas vidas na região, e até mesma a própria vida.

Podemos caracterizar este período como uma verdadeira *“reconquista espiritual da Amazônia”*.

Uma Igreja com rosto amazônico

A Igreja na Amazônia, diante dos desafios que a realidade apresenta, tem dado sinais de sua vitalidade e de sua mais profunda comunhão com aqueles e aquelas que neste contexto são a massa excluída dos planos econômicos voltados para a região.

Depois do Encontro do CELAM em Medellín, na Colômbia, em 1968, a Igreja na América Latina assumiu oficialmente a adaptação da renovação conciliar à realidade do continente. Essa nova impostação eclesiológica repercutiu na Amazônia.

Em 1972 a Igreja do Brasil iniciou o Projeto Igrejas-irmãs, visando a solidariedade entre dioceses e regionais, o que também favoreceu a abertura de algumas prelazias a outras presenças eclesiais, de padres e leigos, diferentes do instituto ao qual tinham sido confiadas. Também naquele ano foi fundado o CIMI, Conselho Indigenista Missionário; e foi realizada a Assembleia dos 2 Regionais amazônicos em SANTARÉM, com a preocupação de pensar e concretizar “uma Igreja com rosto amazônico” que assumisse toda a sócio-diversidade da região, com os seus novos traços humanos. Foram criados também institutos para a formação dos agentes e dos futuros padres para a região. Em 1975, nasceu a CPT (Comissão Pastoral da Terra), uma nova visão da Igreja em relação aos problemas da terra, oferecendo serviços de assessoria, comunicação, jurídico, etc.

Tudo isso deu novo impulso à ação evangelizadora em andamento e favoreceu o crescimento de uma Igreja mais local, ministerial e laical, demonstrando um grande amadurecimento da sua caminhada.

As Pastorais Sociais assumiram um papel significativo devido ao empobrecimento-exclusão do povo da região: o fenômeno da urbanização com seu rastro de miséria e violência, os conflitos que não param de acontecer (na cidade e no campo), o trabalho escravo, a prostituição infantil, o narcotráfico, o tráfico de armas, levam as Pastorais a assumir as Semanas Sociais, o Grito dos Excluídos e a defesa dos pobres e injustiçados.

Em 1990 foi realizado um encontro de bispos e coordenadores de pastoral das dioceses e Prelazias, em Icoaraci, distrito de Belém. Com o tema “Em defesa da vida na Amazônia”, pela primeira vez, o meio ambiente foi assumido como importante na defesa da vida. A Igreja se uniu a um coro de organizações que no mundo inteiro se preocupam com a Amazônia.

Vinte e cinco anos depois de Santarém os 2 regionais amazônicos realizaram um novo encontro em Manaus, avaliando a caminhada e a realidade da região. Desse encontro surgiu um documento: **A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia**, confirmando uma linha evangelizadora-pastoral, uma mística amazônica diante de um quadro que não mudou muito nesses anos; em certos aspectos, produziu mais exclusão e violência.

Em 2003, foi criada a Comissão Episcopal para a Amazônia, em 2007 celebrou-se em Manaus um encontro inter-regional que gerou um documento intitulado: **DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS NA AMAZÔNIA**.

Somos Igreja a serviço do Reino e aprendemos essa missão no exercício da missionariedade.

Em julho de 2012, foi realizado em Santarém, mais um encontro dos pastores da Igreja na Amazônia para fazer Memória e Celebrar os 40 anos da Assembleia de Santarém (e do célebre documento). Fruto desse encontro foi uma carta ao Povo de Deus na Amazônia com uma mensagem dos Bispos e as conclusões do encontro intitulado **Igreja na Amazônia: Memória e Compromisso com as principais decisões da Assembleia**.

Em 2013, entre os dias 28 e 31 de outubro de 2013, o Conselho Episcopal para a Amazônia promoveu mais um encontro, desta vez com a participação de todos os regionais que fazem parte da Amazônia Legal, incluindo o Regional Nordeste 5 do Estado do Maranhão. O Encontro foi realizado em Manaus e contou com a participação de cerca de 60 bispos.

Em setembro de 2014 foi criada a REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA (REPAM) visando assentar as bases de uma rede em toda a região a partir do diálogo, articulação e construção de consensos sobre a missão eclesial na Amazônia. O encontro foi realizado em Brasília e contou com a participação das Igrejas que compõem a Pan Amazônia.

“A Repam busca ser uma Rede Eclesial que articula as forças da Igreja

em um caminho progressivo na defesa da Casa Comum e dos povos”.

Entre os dias 14 a 18 de novembro de 2016, em Belém, (Icoaraci) bispos, padres, diáconos, religiosos, religiosas, assessores, e lideranças pastorais da Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil, dos Regionais: Norte 1 (Norte do Amazona e Roraima), Norte 2 (Pará e Amapá), Norte 3 (Tocantins), Nordeste 5 (Maranhão), Oeste 2 (Mato Grosso) e Noroeste (Acre, sul do Amazonas e

Rondônia) se reuniram para o **II Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal e o Encontro das Igrejas-Irmãs**.

Entre os dias 21 e 23 de agosto de 2018, foi realizado em Manaus o III Encontro da Igreja Católica da Amazônia Legal que contou com a participação de 58 bispos de todos os Regionais. O assunto central foi o Sínodo Extraordinário sobre a Amazônia, convocado pelo Papa Francisco e que tem como tema: Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral.

“Seguimos os rumos traçados pelo processo sinodal na firme esperança de que o Espírito que conduz a Igreja nos animará e sustentará em nossa caminhada nesta Amazônia, pois sentimos a necessidade de estabelecer uma unidade em torno dos mais diversos desafios que a Amazônia apresenta, fortalecerá o imenso esforço, às vezes desconexo da evangelização, dos movimentos e práticas pastorais para tornar eficaz essa rede de solidariedade e comunhão”.

Trecho da Carta dos Bispos publicada no final do Encontro

Testo de Monsenhor Raimundo Possidonio Carrera da Mata - Mestre em História Eclesiástica

[1] Prelazia é uma circunscrição eclesial independente das dioceses, mas sem depender da Congregação da Propagação da Fé. A primeira prelazia criada foi a de Santarém em 1903. Diferentemente a criação de Prefeituras Apostólicas dependia da Congregação da Propagação da Fé, sem que isto lhes proporcionasse algum favorecimento, especialmente econômico. Havia um certo ranço antieclesiástico em considerar a Amazônia “terra de missão” por parte de católicos e mesmo de padres: em 1907 foi criada a Prefeitura Apostólica de Roraima e em 1910 as de Tefé, Rio Negro e Alto Solimões. Em 1925 estas Prefeituras Apostólicas passaram a ser Prelazias. A partir de 1980 as Prelazias passaram a ser elevadas a condição de Dioceses.

[2] Com a restauração da Igreja na Europa as antigas ordens se renovam, surgem novas congregações masculinas e congregações femininas de vida ativa que, como os religiosos, partiram também em missão. Há uma revitalização do ardor missionário, motivada pela “recolonização” da África, da Ásia e da América Latina. A Amazônia vai conhecer esses novos missionários, não mais portugueses, mas italianos, belgas, franceses, alemães, holandeses, espanhóis, austríacos, norte-americanos, etc., como também **as religiosas** de várias nacionalidades.

© Imagem: REPAM

A informação aqui apresentada foi recolhida com o único objetivo de oferecer um subsídio. Portanto, o presente texto não tem algum caráter oficial.

